



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS - SEOP**  
**MINUTA DE CONTRATO Nº 0000017/2026**

**MINUTA DE CONTRATO nº 39/2026/SEOP - DEPLC**

**CONTRATO Nº XXXXX**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº xxxx/xx - COMPRASGOV nº xxxx/xx**  
**PROCESSO SEI Nº 4016.013764.00021/2026-55**

**CONTRATO Nº XX/XXXX, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ACRE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS - SEOP E A EMPRESA XXXXXXXXX.**

O Estado do Acre, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS – SEOP**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.123.324/0001-05, com sede a Via Chico Mendes, nº 805, Bairro Vila do DNER, neste Município, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Sr. -----, pagina 15, no dia 30 de maio de 2023, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº XXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato XXXXXXXXX, portador da cédula de identidade (RG) nº XXXX, inscrito no CPF (MF) sob o nº XXXXX residente e domiciliado XXXXXXXXX, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº xxxx/xx - COMPRASGOV nº xxxx/xx**, do tipo Menor Preço por Item constante do Processo nº. 4016.013764.00021/2026-55, sob a forma de execução indireta, nos termos do Decreto nº. 11.363/2023, aplicando-se a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a Lei nº. 8.078 de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais pertinentes, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Contratação de pessoa jurídica para aquisição de equipamentos permanentes diversos, compreendendo bebedouros de coluna, micro-ondas, geladeiras, refrigeradores tipo frigobar e cafeteira industrial elétrica inox, visando atender às necessidades administrativas da Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO MATERIAL  | MARCA/MODELO | UND. | QTADE | V. UNITARIO | V. TOTAL |
|------|--|--------------|------|-------|-------------|----------|
| 1    | BEBEDOURO DE COLUNA - Elétrico, tipo coluna para garrafão de 20 litros, gabinete em aço inoxidável; reservatório d'água em aço inoxidável; cor branca; tipo vertical; dimensões aproximadas de 124x33x33cm; 2 saídas, uma p/ água gelada e uma p/ água natural; voltagem 127V; vazão de água gelada 75 l/h. Garantia mínima de 01 ano.   | XXXX         | UND. | XXX   | XXXX        | XXXX     |
| 2    | MICRO-ONDAS - Cor branco; capacidade de 32 litros; dimensões aproximadas: 32x52x40cm; voltagem 127V; potência 1.400; consumo de energia 1,08 kwh/mês; prato giratório; luz interna; relógio; painel eletrônico; descongela alimentos, função tira odor. Garantia mínima de 01 ano.   | XXXX         | UND. | XXX   | XXXX        | XXXX     |
| 3    | GELADEIRA - Capacidade mínima de 240 litros; não duplex; cor branca; alimentação 127V ou bivolt; tipo frost free; pés reguláveis; prateleiras internas reguláveis; sistema de degelo automático; com conjunto motor compressor tipo unidade selada. Garantia mínima de 01 ano  | XXXX         | UND. | XXX   | XXXX        | XXX      |
| 4    | REFRIGERADOR TIPO FRIGOBAR - Refrigerador tipo frigobar na cor branca, com capacidade de 120 litros, medidas aproximadas de AxLxP (850x495x540) mm, com porta reversível, iluminação interna, controle de temperatura, prateleira de grades removíveis, pés deslizantes niveladores frontais mrc12b1 e traseiros, manual de funcionamento em português, voltagem de 127V ou bivolt. Selo Procel tipo A. Embalagem com informações do fabricante, manual de instruções em português e prazo de garantia mínima de 01 ano. | XXXX         | UND. | XXX   | XXX         | XXX      |
| 5    | CAFETEIRA INDUSTRIAL ELÉTRICA INOX: Material em aço inoxidável, sistema de aquecimento em banho-maria, formato cilindro, capacidade para 10 litros, duas torneiras com visor de nível para água e café; Resistência Tubular e termostato regulável de 20° a 120° C; Dimensões aproximadas: Comprimento 29 cm, Largura 36 cm, Altura 85 cm. Tensão 110 Elétrica de 110v.  | XXXX         | UND. | XXX   | XXX         | XXX      |

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA DA CONTRATADA**

3.1. Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº xxxx/xx - COMPRASGOV nº xxxx/xx**, com seus anexos, e a Proposta da Contratada.

**4. CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA**

**4.1. DA VIGÊNCIA**

- 4.1.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.1.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, por igual período, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas no instrumento.
- 4.1.3. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.
- 4.1.4. O contrato decorrente do próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro. ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida n
- 4.1.5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 4.1.6. **DA EFICÁCIA**

- 4.1.7. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.
- 4.1.8. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura
- 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

## **5. CLÁUSULA QUINTA - CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

5.1. O objeto descrito neste termo de referência é classificado como natureza comum em atendimento ao disposto art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021 e art. 2º, XXXVIII do Decreto Estadual 11.363/2023, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado e por serem oferecidos por diversos fornecedores.

## **6. CLÁUSULA SEXTA- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 6.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis:
- 6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 6.3. Acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução contratual, por meio de servidores formalmente designados, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 6.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos equipamentos entregues com as especificações constantes neste Termo de Referência, Edital e proposta vencedora;
- 6.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas;
- 6.6. Notificar formalmente a CONTRATADA acerca de quaisquer irregularidades constatadas durante a execução contratual, fixando prazo para sua regularização;
- 6.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- 6.8. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto contratual;
- 6.9. Emitir as Ordens de Fornecimento e/ou Notas de Empenho necessárias à execução da contratação;
- 6.10. Proporcionar as condições necessárias para o recebimento, conferência e armazenamento dos equipamentos entregues;
- 6.11. Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual, garantidos o contraditório e a ampla defesa;
- 6.12. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer ocorrência relacionada aos equipamentos fornecidos que exija providências corretivas;
- 6.13. Realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto, conforme procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência;
- 6.14. Verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da CONTRATADA durante toda a execução contratual;
- 6.15. Assegurar o acesso dos representantes da CONTRATADA aos locais necessários para entrega dos equipamentos, observadas as normas internas da Administração;
- 6.16. Observar e cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao procedimento de contratação e execução contratual.

Parágrafo único. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto contratual.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, neste Termo de Referência e no instrumento contratual:
- 7.2. Fornecer os equipamentos em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta apresentada;
- 7.3. Entregar os bens novos, de primeiro uso, em embalagem original do fabricante, devidamente lacrados e acondicionados, sem sinais de avarias, uso ou violação;
- 7.4. Responsabilizar-se integralmente pelas despesas de transporte, frete, carregamento, descarregamento, seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto;
- 7.5. Realizar a entrega dos equipamentos no prazo estabelecido pela Administração, mediante Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho;
- 7.6. Substituir, às suas expensas, no prazo máximo estabelecido pela Administração, quaisquer equipamentos que apresentem defeitos, vícios, avarias ou desconformidade com as especificações exigidas;
- 7.7. Garantir a qualidade, funcionamento, durabilidade e segurança dos equipamentos fornecidos;
- 7.8. Fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os equipamentos, contada a partir do recebimento definitivo;
- 7.9. Prestar assistência técnica durante o período de garantia, por meio de rede autorizada do fabricante ou empresa credenciada;
- 7.10. Arcar integralmente com os custos de manutenção corretiva, substituição de peças, reparos e demais despesas decorrentes da garantia contratual;
- 7.11. Disponibilizar manuais, catálogos, certificados e demais documentos técnicos necessários à correta utilização dos equipamentos;
- 7.12. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
- 7.13. Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato ou situação que possa comprometer a execução do objeto ou causar atraso na entrega;
- 7.14. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela contratante;
- 7.15. Observar e cumprir todas as normas de segurança, qualidade, sustentabilidade ambiental e regulamentações aplicáveis expedidas pelos órgãos competentes, especialmente INMETRO, ABNT e demais normas pertinentes;
- 7.16. Responsabilizar-se pelo descarte ambientalmente adequado de embalagens, resíduos e materiais eventualmente gerados durante a execução do objeto;
- 7.17. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia autorização formal da Administração;
- 7.18. Atender prontamente às solicitações da fiscalização do contrato, prestando todos os esclarecimentos necessários;
- 7.19. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

- 7.20. Cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como demais normas específicas aplicáveis, quando cabíveis;
- 7.21. Sujeitar-se à fiscalização da contratante quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas, prestando todas as informações e documentos solicitados.
- Parágrafo único. O inadimplemento das obrigações assumidas pela CONTRATADA sujeitará à aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

- 8.1. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 124 da Lei nº 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 8.2. A Contratante deverá realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise do requisito do subitem anterior, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela contratada.
- 8.3. Enquanto eventuais solicitações de revisão/reajuste de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender o fornecimento dos materiais/equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.
- 8.4. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido
- 8.5. **DA REVISÃO**
- 8.5.1. O preço ofertado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais desde que atendidas as disposições contidas no art. 06, inciso LVIII, da Lei nº 14.133/2021, e será concedida desde que solicitada formalmente mediante comprovação pela empresa contratada e após a análise técnica e jurídica da administração contratante. Em sendo concedida, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo, com efeitos financeiros a partir da data do protocolo do pedido;
- 8.5.2. Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado.
- 8.6. **DO REAJUSTE**
- 8.6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;
- 8.6.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da empresa contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA, publicado pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## **9. CLÁUSULA NONA - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

- 9.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em favor da CONTRATADA mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas pela legislação vigente.
- 9.2. O pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo dos equipamentos, bem como à verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 9.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do atesto da Nota Fiscal/Fatura pelo setor competente, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter:
- identificação do processo administrativo;
  - número da Nota de Empenho;
  - descrição detalhada dos itens fornecidos;
  - quantitativos;
  - valores unitários e totais;
  - dados bancários da contratada.
- 9.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a regularização da situação, sem ônus para a Administração.
- 9.6. A Administração realizará consulta aos sistemas oficiais de controle para verificação da manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da contratada antes da efetivação do pagamento.
- 9.7. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade, inadimplência contratual ou irregularidade fiscal, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou atualização monetária.
- 9.8. Os pagamentos serão realizados mediante ordem bancária creditada em conta corrente indicada pela contratada.
- 9.9. Na hipótese de atraso de pagamento por parte da Administração, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os valores devidos poderão ser atualizados monetariamente conforme índice oficial adotado pela Administração Pública Estadual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.10. Eventuais retenções tributárias ocorrerão na forma da legislação aplicável, especialmente quanto ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, contribuições previdenciárias e demais tributos previstos na legislação vigente.
- 9.11. O pagamento somente será efetuado após a comprovação de que a contratada mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório durante toda a execução contratual.
- Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
  - Certidão Negativa de Contribuições Previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
  - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;
  - Certidão Negativa de Débitos (CND) - expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;
  - Certidão de Quitação de Tributos Estaduais da Empresa e do(s) sócio(s), expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda;
  - Certidão Negativa em relação à Dívida Ativa de Tributos Estaduais - expedida pela Procuradoria Geral do Estado - PGE;
  - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 10.1. A despesa com a execução dos serviços de que trata o objeto correrá à conta de créditos orçamentários consignados à CONTRATANTE, para o exercício de 202X, sob a seguinte classificação: Programa de Trabalho XXXXXXXXXXXX; Natureza da Despesa XXXXXXXXXX; Fonte de Recursos XXXXXXXXXX.
- 10.2. Empenho nº XXXXXXXX.
- 10.3. **SUBCLÁUSULA ÚNICA** - A despesa do exercício subsequente correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade no respectivo exercício

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) (LEI 13.709 ART 6, 15, 16, 36 § 1º E 37)**

- 11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 11.6. Notificar o CONTRATANTE em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- 11.7. Implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.
- 11.8. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 12.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto do contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte conforme Decreto nº 11.363/2023.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:
- 13.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;
- 13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.
- 13.2. **DAS PENALIDADES**
- 13.2.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, a Administração poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- Advertência
- 13.2.2. A sanção de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- Multa
- 13.3. A CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei, nos seguintes termos:
- a) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 15% (quinze por cento) do valor do contrato;
- b) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do objeto;
- c) multa compensatória proporcional à obrigação inadimplida, em caso de inexecução parcial.
- Impedimento de Licitar e Contratar
- 13.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderá ser aplicada pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando praticadas as infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar
- 13.5. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nos casos de prática das infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nos casos de atos ilícitos graves que impossibilitem a permanência da contratada em contratar com a Administração Pública.
- 13.6. A penalidade será aplicada pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, observadas as disposições legais.
- 13.7. **DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR**
- 13.7.1. As penalidades serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.
- 13.7.2. A aplicação das sanções administrativas não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 13.7.3. As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas oficiais de cadastro de fornecedores e poderão ser comunicadas aos órgãos de controle

competentes.

#### 13.8. DA CUMULAÇÃO DAS SANÇÕES

13.8.1. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observada a gravidade da infração cometida e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

#### 13.9. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.10. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### 13.11. DA REABILITAÇÃO

13.11.1. A reabilitação da CONTRATADA ocorrerá na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante comprovação da reparação integral do dano causado à Administração e do cumprimento das demais exigências legais.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DOS BENS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

14.1. A empresa contratada será acionada durante todo o prazo de garantia para que providencie a assistência técnica;

14.2. O prazo de garantia contratual dos bens, é de no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

14.3. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual;

14.4. O atendimento será em horário comercial, de segunda à sexta-feira;

14.5. A garantia consiste na prestação, pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei n.º 8.078/90, e alterações, bem como dos encargos previstos à empresa contratada no Edital e seus Anexos;

### 15. CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

15.2. A gestão e a fiscalização contratual serão exercidas por servidores da Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP, devidamente designados por meio de Portaria específica publicada no Diário Oficial do Estado.

15.3. **DA GESTÃO DO CONTRATO:** Compete ao Gestor do Contrato:

15.3.1. coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;

15.3.2. acompanhar os prazos de execução contratual e vigência da Ata de Registro de Preços e/ou contrato;

15.3.3. controlar saldos, quantitativos contratados e emissão de ordens de fornecimento;

15.3.4. promover os atos necessários à formalização de apostilamentos, reajustes, prorrogações, alterações e eventuais rescisões contratuais;

15.3.5. acompanhar a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da contratada;

15.3.6. adotar providências para saneamento de irregularidades identificadas durante a execução contratual;

15.3.7. instruir processos de aplicação de penalidades, quando cabível;

15.3.8. encaminhar documentação necessária para liquidação e pagamento das despesas;

15.3.9. manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato;

15.3.10. exercer demais atribuições necessárias ao adequado acompanhamento da execução contratual.

15.4. **DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:** Compete ao Fiscal do Contrato:

15.4.1. acompanhar e fiscalizar a entrega dos equipamentos;

15.4.2. verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, Edital e proposta da contratada;

15.4.3. realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto, observados os procedimentos estabelecidos neste instrumento;

15.4.4. registrar em relatório próprio todas as ocorrências verificadas durante a execução contratual;

15.4.5. notificar formalmente a contratada acerca de falhas, defeitos, atrasos ou irregularidades constatadas;

15.4.6. solicitar a substituição de equipamentos que apresentem vícios, avarias ou desconformidade com as exigências contratuais;

15.4.7. atestar as Notas Fiscais/Faturas após verificação da regular execução do objeto;

15.4.8. comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato situações que possam comprometer a execução contratual;

15.4.9. verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e contratuais da contratada, quando aplicável;

15.4.10. exercer demais atividades necessárias à fiscalização da execução contratual.

#### 15.5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.5.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual.

15.5.2. A atuação da fiscalização não implica corresponsabilidade da Administração pelos atos praticados pela contratada.

15.5.3. Os fiscais e gestores poderão solicitar, a qualquer tempo, documentos, esclarecimentos, relatórios, certificados, manuais e demais informações necessárias à adequada fiscalização da execução contratual.

15.5.4. Constatadas irregularidades na execução do objeto, a Administração poderá determinar a correção, substituição ou adequação dos bens fornecidos, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

15.5.5. A Administração poderá promover substituição dos fiscais e gestores designados, mediante ato formal, sempre que necessário ao interesse público ou à adequada execução contratual.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato, garantida a prévia defesa nas hipóteses contidas no art. 137, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que caiba ao CONTRATADO, direito a qualquer indenização e sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes e das regras contidas nos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal.

17.2. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a contratos administrativos.

17.3. Em caso de rescisão, fará jus a CONTRATADA, ao valor dos serviços realizados anterior a rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

17.4. De acordo com o art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, formalizada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa;

17.6. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurada, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Contratante para que, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não colhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

17.7. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com consequências previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, neste instrumento e na Legislação Brasileira;

17.8. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), Decreto Estadual nº 11.363/2023 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1. A publicação resumida do presente contrato no Diário Oficial do Estado, é condição indispensável para sua eficácia, bem como sua disponibilização em Portal Nacional de Compras será providenciada pela Contratante.

#### 20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Rio Branco/AC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

20.2. E assim, por estarem as partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

Rio Branco/AC, conforme assinatura digital/Eletrônica

XXXXXXXXXXXX

Secretário de Estado de Obras Públicas  
Decreto 4.057-P/2023  
Pela Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pela Contratada

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

CPF (MF) Nº \_\_\_\_\_

CPF (MF) Nº \_\_\_\_\_





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CPD7AF95 FD4EE7FF 55061C9E FDD3A9A1** e código CRC **C15D83**

